

EDITORIAL

Wescley Silva Xavier

Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Administração e Contabilidade (DAD). Av. Peter Henry Rolfs s/n - Campus Universitário. 36570-900, Viçosa – Minas Gerais, Brasil, (31) 3899-1607, wescley@ufv.br

Caros leitores,

Temos o prazer de lançarmos a primeira edição de 2016 da Revista de Administração Pública e Gestão Social – APGS. Este número está representado pelo dossiê “Democracia, Estado e Governo”, organizado por Antônio Carlos Dias Júnior (FE/Unicamp) e Roberto Bonifácio (DCP/UFMG), aos quais expressamos nosso profundo agradecimento pela seriedade e empenho em todo o processo que fez surgir esta edição. Aproveitamos para agradecer, também, a todos os avaliadores que contribuíram para que esta edição especial se tornasse realidade.

Recebemos 33 artigos, dos quais 22 foram encaminhados para o *double blind review*. Após estas duas etapas, 7 artigos foram aceitos para o compor dossiê. Para abrir este número trazemos o texto de apresentação do dossiê *Democracia, Estado e Governo: breves considerações sobre o Brasil*, assinado pelos organizadores Antônio Carlos Dias Júnior e Robert Bonifácio. No texto os autores fazem um resgate do amadurecimento da democracia no Brasil nos últimos 26 anos, em particular, na tensão provocada pelo avanço em alguns indicadores sociais e pela concomitante reação da população, nos últimos três anos, frente aos escândalos de corrupção.

Após este texto que introduz alguns aspectos da temática, passamos ao primeiro artigo deste número. *Concepções de justiça e a análise de políticas de públicas*, de autoria de Camila Gonçalves De Mario, propõe uma análise das políticas públicas que leve em consideração questões normativas de justiça, em particular, por ter como função as políticas públicas a distribuição de bens e recursos sociais que garantam os direitos fundamentais de cidadania. Neste mote, a autora apresenta duas perspectivas para salvaguardar os fins supracitados, sendo a primeira delas institucional-procedimentalista, e a segunda, ancorada nas ideias e valores fundamentais às instituições e à ação política.

O segundo artigo é de autoria de Elcemir Paço Cunha. Em *Que fazer da burocracia de estado? Do indiferentismo às reciprocidades*, o autor desenvolve a posição de um socialismo libertário para uma crítica à burocracia cunhada por Maurício Tragtemberg a fim de colocar em questão potenciais emancipatórios num contexto de *operação burocrática do estatal*. Calcado na tática por simultaneidade de inspiração marxiana, na qual a luta política e a luta econômica possuem reciprocidades inelimináveis, o autor conclui que a melhor forma de administração pública é aquela que permite com que os antagonismos estruturais possam se expressar livremente, encontrando o caminho da resolução, indo muito além do caráter meramente conciliatório presente na aparente democracia.

Raphaela Reis Conceição Castro Silva e Luis Moretto Neto assinam *A gestão social a partir do olhar crítico da sociologia das*

ausências e da sociologia das emergências de Boaventura de Sousa Santos. Aqui os autores estabelecem uma incursão nos trabalhos publicados pela Cadernos EBAPE numa edição sobre gestão social no Brasil, à luz da sociologia das ausências e da sociologia das emergências, desenvolvidas pelo sociólogo português. Os autores apontam várias possibilidades de estudos a partir do arcabouço teórico desenvolvido por Boaventura de Sousa Santos, bem como reforçam a necessidade de ampliarmos o olhar crítico sobre o campo da gestão social, em detrimento de perspectivas que tratem de uma transposição da noção de profissionalização gerencial.

Na sequência apresentamos *O lugar da autonomia e da participação social no sistema estatístico nacional*, de autoria de Sidneia Reis Cardoso. A autora busca lançar uma reflexão acerca da relação entre a estatística pública e o poder na sociedade contemporânea, e a possibilidade de construção de formas de resistência através da autonomia do sistema estatístico nacional e da participação social na tomada de decisão sobre a produção e disseminação de dados estatísticos relevantes para a sociedade. Embasada na concepção foucaultiana de controle, poder e sociedade disciplinar, a autora destaca em seu trabalho que as estatísticas produzidas nos diversos sistemas nacionais não cumprem a função social de acessibilidade às informações geradas, mas sim, se restringem a municiar com as mesmas o Estado e usuários privados que estabelecem interlocução com as unidades produtoras.

O quinto artigo desta edição especial é de autoria de Sara Conceição Paula e Fabíola Cristina Costa de Carvalho. Em *Segregación social y políticas públicas: un estudio sobre El turismo en La Isla Mexcaltitlán, México*, as autoras colocam em questão a conformação de espaços de segregação como efeito dos fundamentos da política pública voltada para o turismo na referida Ilha. A partir de dados secundários e observação direta, as autoras constataram que a inexistência de uma ação articulada por parte do Estado e o interesse da iniciativa privada em retornos de curto prazo geraram danos à Ilha Mexcaltitlán, em razão de suas condições de vulnerabilidade social, econômica e estrutural.

O penúltimo artigo deste número é de autoria de Guilherme de Queiroz Stein. Em *A política das políticas macroeconômicas: abordagens sobre a tomada de decisões*, o autor busca discutir abordagens analíticas que as Ciências Sociais podem aplicar ao estudo do processo de tomada de decisões macroeconômicas. Para ilustrar a potencialidade da proposta, o autor esboça duas abordagens teóricas, sendo a primeira com foco nos agentes, enfatizando o papel das ideias, trajetórias e redes sociais, e a segunda com foco na análise entre instituições políticas e burocracia pública. Em todas as relações há o esforço de

entrelaçar conhecimentos das Ciências Sociais e das Ciências Econômicas.

Para fechar esta edição, temos *Mecanismos de controle da gestão do SUS à luz da Lei Complementar n. 141, de 2012*. No trabalho, os autores Antônio Pires Barbosa, Carla Rúbia Florêncio Tardivo e Estela Capelas Barbosa intentam identificar mecanismos de controle da gestão, predominantemente orçamentários e financeiros, e níveis de responsabilidade gerencial que possam contribuir na melhoria do Sistema Único de Saúde (SUS) à luz do disposto na Lei Complementar nº 141/2012.

A estratégia utilizada pelos autores foi parear os instrumentos existentes na LC 141/2012 com os requisitos do Sistema Nacional de Auditoria. A partir disso, ligações foram estabelecidas com base na estrutura do SUS e dos princípios da Administração Pública no estado democrático de direito.

Boa Leitura
Wesley Silva Xavier
Editor-Chefe